



Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente.

Em 31 de maio de 2021

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Índice

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	8
Demonstrações financeiras intermediárias	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias	21

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Top Down Consultoria & Projetos Ltda (“Companhia” ou “Top Down”) submete à apreciação de seus sócios/acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente para o exercício findo em 31 de maio de 2021.

Mensagem da Diretoria Executiva

Uma parte importante do mundo já está conseguindo caminhar para uma volta gradual e segura à normalidade. O pós-pandemia começa a ser realidade em países que conseguiram avançar na vacinação. Brasil está caminhando com a vacinação e já alcançou o 4º lugar no ranking mundial em quantidade de doses aplicadas.

Em meio a este cenário tivemos a oportunidade de promover mudanças na forma como tratamos o negócio e de como acolhemos todos aqueles que fazem parte, de algum modo, dos nossos canais de relacionamento. Com esta visão aceleramos o desenvolvimento de tecnologias, com foco sempre na área da Saúde, para conseguir trazer ao mercado soluções que proporcionassem diferenciais no negócio. A pandemia do novo Coronavírus impulsionou serviços e métodos que já estavam em operação e passaram a ser extremamente necessários durante o período. Diante dessa realidade e das tomadas de decisões necessárias para conter o avanço do vírus, tornou-se necessário voltar ao ponto primordial para então priorizar a saúde e integridade dos nossos colaboradores, bem como a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes, cumprindo nossa responsabilidade perante a sociedade e mercado. Dessa forma, nos posicionamos de forma consciente, reinventamos nossos processos, investimos em novos métodos e tecnologias que contribuíssem para um mercado ainda mais disruptivo, humanizamos ainda mais nossos métodos com nossos colaboradores e clientes.

O ano de 2021 tem sido muito importante também para consolidarmos nosso posicionamento no mercado, fortalecermos nossos processo e modelo de governança corporativa. Como parte deste processo realizamos a transformação da Companhia de sociedade limitada para sociedade anônima, com a formação do Conselho de Administração.

O Projeto TransformAÇÃO foi estruturado com sete pilares estratégicos que terá como resultado um novo posicionamento da empresa perante o mercado e seus colaboradores:

- Nova estrutura organizacional;
- Otimização de processos;
- Roadmap de Novas Funcionalidades dos produtos;
- Roadmap de Evolução Tecnológica dos produtos;
- Novos produtos e serviços;
- Parcerias;
- Pessoas.

A consolidação da marca no mercado de Saúde foi alicerçada com soluções que disponibilizamos ao mercado, através dos segmentos onde atuamos: Médico, Odontológico, Administradoras em Saúde e Corretoras em Saúde. Estas soluções estão disponíveis nos produtos – TopSaúde Médico, TopSaúde Dental, TopSaúde Administradora, TopSaúde Corretora, Portais de Serviço (Beneficiário, Rede Credenciada, Empresa, Vendas PF e PJ, Corretor), APP Beneficiário. Para continuidade no fortalecimento da marca e produtos, foi desenvolvido a solução TopSaúde Intelligence onde o objetivo desta ferramenta é levar ao mercado um produto inovador, trazendo inteligência ao negócio e abrindo oportunidades de gestão preditiva junto a operação.

Atualmente nossos produtos suportam a operação de mais de 15 milhões de beneficiários em nossos clientes, fazendo com que a Top Down se posicione com destaque entre as maiores provedoras de tecnologia para empresas pagadoras da Saúde Suplementar. Esta volumetria é atingida através de nossa carteira de clientes que atualmente é formada pelos grandes players do mercado de Saúde, entre eles – GNDI, Porto Seguro, Unimed Seguros, Central Nacional Unimed, MetLife, entre outros.

Nosso planejamento é atingir o Middle Market da área da Saúde (operadoras com carteira entre 20.000 e 200.000 beneficiários ativos), levando nossas soluções para este público e conseguir atingir um número cada vez maior de empresas e proporcionar soluções inovadoras e disruptivas.

Perfil

Fundada em 1985, a Top Down é uma empresa consolidada com forte atuação no segmento de saúde suplementar junto à Operadoras, Seguradoras e Autogestoras médicas e odontológicas, com forte estrutura tecnológica que processa mensalmente mais de 15 milhões de beneficiários ativos com mais de 9 milhões de contas médicas analisadas e 6 milhões de autorizações concedidas. Com isso conseguimos aliar tecnologia de ponta e gestão para que todos os nossos parceiros façam a diferença em um mercado cada vez mais competitivos.

Nossa missão é desenvolver soluções completas de tecnologia para a área da saúde, superando desafios de forma inteligente, integrada e alinhada às necessidades dos clientes e do mercado.

Temos como objetivo permanecer sendo referência em tecnologia de soluções para a Área de Saúde, levando soluções de alto nível a todos os players do mercado, focando na inovação para estar sempre à frente.

Nossos valores:

- **Transparência e Ética**, para estimular confiança e credibilidade em nossos relacionamentos;
- **Proximidade e Parceria**, para alinhar-se às necessidades do cliente, visando satisfação e crescimento mútuo;
- **Dedicação**, para garantir atendimento ágil e eficiente, lado a lado com o cliente.
- **Inovação**, para desenvolver soluções cada vez mais criativas e exclusivas perante os desafios do mercado.

Cenário Econômico e Setorial

O mercado elevou com força a expectativa de crescimento econômico do Brasil em 2021 depois de dados melhores do que o esperado sobre a atividade divulgados no 1º semestre. As projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 estão acima das expectativas iniciais podendo chegar a 5,29%, segundo pesquisa Focus do Banco Central.

Mas quando falamos do mercado de saúde e bem-estar nos deparamos com um cenário disruptivo e inovador. Segundo dados disponibilizados no estudo [Distrito HealthTech Report](#), entre os anos de 2014 e 2020, a quantidade de Health Techs no país cresceu de forma exponencial, saindo de 160 para 542 startups, sendo metade com no mínimo 5 anos de operação, movimentando neste período US\$ 430 milhões em 189 rodadas de Venture Capital. O desenvolvimento de soluções tecnológicas na área da saúde, como a Telemedicina, não é algo que surgiu a partir da pandemia do COVID-19, esta discussão é antiga, e a covid-19 só fez com que o assunto retornasse à pauta de maneira prioritária. Com o isolamento social como forma de evitar uma propagação maior do vírus e para manter o bom gerenciamento da saúde da população, a telemedicina foi reconhecida no País, em caráter excepcional, pelo Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde conforme Lei nº 13.989 de 16 de abril de 2020. A regulamentação é válida apenas durante o período de emergência da pandemia.

A expectativa do mercado é que as regulamentações se mantenham ao término do período emergencial. Acreditamos que a telemedicina, teleconsulta, teletriagem, prescrição digital e muitas outras soluções digitais, como e-commerce, marketplace, plataformas de diagnósticos, serão incorporados deste novo mercado, melhorando o acesso à saúde para população.

Nosso Posicionamento

Após implantarmos o TopSaúde em algumas das maiores operadoras de planos médicos e odontológicos do Brasil, avançamos agora para o midle market, oferecendo o TopSaúde Cloud. Em 2021 e lançamos no mercado soluções inteligentes de grande relevância na área da saúde. Abaixo algumas soluções que estão se destacando e outras que até o fim do ano prometem surpreender. Confira:

- TopSaúde Intelligence;
- TopSaúde Regulatório;
- TopCast;
- TopTraining.

Além do fortalecimento de nossos produtos, embarcando novas tecnologias, a empresa também atua em projetos para desenvolver conteúdo para o mercado trazer, de forma colaborativa, temas que são necessários trazer a discussão em meio ao momento de transformação que vivemos atualmente. Entre estes projetos estão o TopCast – Um canal de conteúdo onde são convidados pessoas do segmento saúde para analisar e dividir experiências relevantes sobre algum tema sensível ao mercado de Saúde. Atualmente o TopCast está disponível em plataformas digitais e alcançando um número cada vez maior de pessoas levando conteúdo de qualidade e levando a marca da TopDown como uma empresa que proporciona debates enriquecedores para o mercado. Também lançamos nossa plataforma de ensino onde estamos proporcionando cursos, treinamentos e conteúdos para nossos colaboradores, bem como, nossos parceiros promovendo treinamentos e capacitação em nossas soluções.

Todas as ações tem objetivo de tornar o ano de 2021, ainda desafiador, uma oportunidade de dar continuidade aos projetos já consolidados, e que são nossos produtos reconhecidos no mercado, bem como agregar novas plataformas e projetos voltados a comunidade para conseguir também de alguma forma auxiliar nossa sociedade neste momento que ainda é tão delicado. Vencer desafios é uma característica da TopDown, por isso está em nosso DNA a capacidade de nos reinventarmos e desenvolver soluções que auxiliem no crescimento das empresas e sociedade, grandes conquistas já realizamos e sabemos que temos muitas outras a alcançar e somente com uma marca forte vamos conseguir avançar e continuar investindo em projetos vencedores e em um time de alta performance.

Top Down em Números

2020



Governança Corporativa

Diante da emergência trazida pelo COVID-19, as práticas do ESG (Environment, Social and Governance) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) tem sido cada vez mais usada pelas empresas. Estamos nos preparando para um mundo pós pandemia, reforçando nosso compromisso junto às questões relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança.

A Governança Corporativa está em contínuo aperfeiçoamento, visando zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia. Sempre que necessário a Diretoria promove alterações e inovações no seu modelo de governança, promovendo a segurança e transparência na gestão dos negócios. Neste sentido a Administração vem estruturando novos Comitês com atribuições relevantes para garantir e aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa:

- ✓ **Comitê de Riscos e Governança** – é responsável por garantir e aprimorar os controles internos; recomendar procedimentos diante da constatação de inadequações em processos, procedimentos e/ou sistemas; garantir o cumprimento da Lei Geral de proteção de dados (LGPD), bem como segurança da informação; acompanhar o mapeamento dos riscos que a Companhia está exposta e as respectivas ações preventivas e mitigantes.
- ✓ **Comitê de RH e Remuneração** - emite opiniões sobre políticas de atração, retenção e desenvolvimento de talentos, bem como recomenda e opina a respeito de sucessão, avaliação de desempenho e treinamentos. Elabora proposta de remuneração e benefícios dos altos executivos.

- ✓ **Comitê de Inovação e Transformação Digital** - É responsável por assessorar a Administração com a avaliação, priorização e desenvolvimento de novas tecnologias nas soluções, com foco no planejamento estratégico definida pela Administração.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos desempenhou um papel fundamental na migração do trabalho presencial para home office. Criamos um canal direto para garantir que todos os colaboradores estivessem devidamente informados e trabalhando de forma adequada.

Encerramos maio de 2021 com **148 colaboradores** envolvidos em um pacote de benefícios que inclui: assistência à saúde, odontológica, vale refeição e alimentação, e outros benefícios que permitem aos nossos colaboradores acesso a faculdades e academias com descontos especiais.

Responsabilidade com Meio Ambiente e Segurança

A Top Down mantém seu compromisso com Sustentabilidade e Responsabilidade Social junto à comunidade e seus colaboradores. Sabemos da importância do nosso papel na conscientização e na mudança de hábitos dos nossos colaboradores.

Desde o início da pandemia, a Companhia adotou várias medidas para proteger seus colaboradores. Reforçamos todos os nossos protocolos de segurança, para garantir que nossas operações se mantivessem protegidas.

Trabalhamos para construir uma cultura de respeito, inclusão e equidade, que permita que as pessoas desenvolvam seus talentos com suas características únicas. Acreditamos no empoderamento feminino, e temos orgulho de divulgar que a atuação feminina atingiu **21%** de participação no quadro total de colaboradores.

Nosso programa de inclusão social reforça nosso compromisso de oferecer vagas para pessoas com deficiência, bem como, para jovem aprendiz.

Desempenho Econômico Financeiro

Fechamos Maio/2021 com **Receita Líquida de R\$ 15,9 milhões** (+42% YoY), impulsionado, principalmente, pelo crescimento das vendas em novas soluções.

Custo das Vendas e Serviços de R\$ 11,2 milhões (+30% YoY)

Margem bruta de 30,0%, (+7% p.p. YoY).

Despesas Gerais e Administrativas de R\$ 1,03 milhões (+ 4,7% YoY), equivalente a 6% da receita líquida.

EBITDA

O lucro líquido das operações continuadas até maio de 2021 foi **R\$ 1,45 milhões**, representando aumento de 36% em relação ao mesmo período de 2020.

O EBITDA em maio de 2021 totalizou **R\$ 1,72 milhões**, com margem de **10,8%** (- 5 p.p. YoY), decorrente constituição de provisão para contingência tributária no montante de R\$ 1,84 milhões.

Investimentos

Até maio de 2021 a Top Down investiu e **R\$ 0,6 milhões** em ativos intangíveis, direcionados à inovação e desenvolvimento de novas soluções. Diante da alta demanda em novas soluções no mercado de saúde e bem-estar a Companhia intensificou seus investimentos, confirmando seu compromisso em prover aos seus clientes soluções com tecnologia de ponta.

Endividamento

	<i>Milhões de Reais</i>			
	mai/21		dez/20	
Circulante	R\$	0,28	R\$	0,30
Não Circulante	R\$	0,42	R\$	0,43
Divida Bruta	R\$	0,70	R\$	0,73
(-) Caixa e Equivalente e outros instrumentos financeiros	R\$	6,40	R\$	7,80
Divida Líquida	-R\$	5,70	R\$	7,07

Em 31 de maio de 2021, a dívida bruta reduziu de R\$ 0,73 para R\$ 0,70 milhões decorrente de contrato de arrendamento imobiliário e financeiro, caixa e equivalentes de Caixa finalizando até maio de **R\$ 5,70 milhões**.

Dividendos

A distribuição de lucros foi realizada de forma desproporcional às quotas de capital social, porém suportada por atas assinadas pelos sócios em comum acordo. Até maio de 2021, foram distribuídos **R\$ 4,45 milhões** (R\$ 4,9 milhões em 2020) relativo aos lucros apurados até dezembro de 2020.

Relacionamento com Auditores

A Top Down utilizou os serviços de auditoria independente da RSM Auditores Independentes (RSM), para revisão de suas demonstrações financeiras do período de 5 meses findo em 31/05/2021.

Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, a Companhia adotou como procedimento formal, previamente na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, fundamentar-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2021, não foram contratados serviços adicionais.

Nossos auditores independentes declararam à Administração que não possuem aspectos de independência que pudessem afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos:

Acionistas e Administradores da

Top Down Consultoria & Projetos S.A. (anteriormente denominada Top Down Consultoria e Projetos Ltda.)

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Top Down Consultoria & Projetos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de maio de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa, para o período de cinco meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Top Down Consultoria & Projetos S.A. em 31 de maio de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de cinco meses findo naquela data, de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria em 31 de maio de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias” incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras intermediárias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita envolve dependência do adequado funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação e de seus respectivos controles internos para assegurar que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes aos serviços prestados a serem faturadas. As receitas de serviços e de software apresentam obrigações de desempenho distintas e são reconhecidas em função do cronograma de execução dos serviços contratados e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais para fins de apuração das receitas e o correto reconhecimento das mesmas pela Companhia, portanto, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de prestação de serviços; (ii) Realização de procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste; (iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita considerando a data de aprovação do contrato, horas incorridas, valor da taxa hora, validação do timesheet de horas incorridas no exercício e percentual de evolução do serviço executado; (iv) Testes de recebimentos subsequentes de faturas, por amostragem; (v) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras intermediárias comparativas em 31 de maio de 2020

As demonstrações financeiras intermediárias que compreendem o balanço patrimonial em 31 de maio de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, e dos fluxos de caixa do período de cinco meses findo nessa data, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes, sendo assim, não expressamos opinião sobre elas.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) da Companhia referente a 31 de maio de 2021 foi elaborada sob a responsabilidade da sua Administração e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esta demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração dos valores adicionados foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicional (DVA) do período de cinco meses findo em 31 de maio de 2020, apresentada para fins comparativos, não foi revisada por nós nem por outros auditores independentes, sendo assim, não expressamos opinião sobre ela.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração em 31 de maio de 2021.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

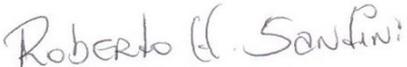
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de setembro de 2021.


Roberto Henrique Santini
Contador CRC 1SP-247.963/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7



RSM

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Balanços patrimoniais em 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	<u>31.05.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.396	7.802
Contas a receber de clientes	5	6.082	3.955
Impostos a recuperar	6	1.282	883
Impostos diferidos	17.2	937	179
Créditos diversos	-	21	107
Total do ativo circulante		<u>14.718</u>	<u>12.926</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	12.b	2.436	2.175
Direito de uso - arrendamento	7.a	598	621
Imobilizado	8	487	571
Intangível	9	2.057	1.378
Total do ativo não circulante		<u>5.578</u>	<u>4.745</u>
Total do ativo		<u><u>20.296</u></u>	<u><u>17.671</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Balanços patrimoniais em 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	<u>31.05.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Passivo			
Circulante			
Passivo de direito de uso - arrendamento	7.b	276	299
Empréstimos e financiamentos	-	4	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	868	761
Salários, encargos e provisão para férias	10	3.469	2.261
Impostos e contribuições a recolher	11	1.615	2.127
Receitas antecipadas	-	738	876
Dividendos a pagar	13.c	2.875	-
Total do passivo circulante		<u>9.845</u>	<u>6.324</u>
Não circulante			
Passivo de direito de uso - arrendamento	7.b	423	429
Impostos e contribuições a recolher	11	5	9
Provisão para contingências	12.a	4.280	2.175
Total do passivo não circulante		<u>4.708</u>	<u>2.613</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	4.600	600
Reserva legal	13.b	62	-
Reserva de lucros	-	1.081	8.134
Total do patrimônio líquido		<u>5.743</u>	<u>8.734</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>20.296</u></u>	<u><u>17.671</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações dos resultados para o período de cinco meses levantado em 31 de maio de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>31.05.2021</u>	<u>31.05.2020</u> (não auditado)
Receita de serviços líquida	14	15.990	11.240
Custos dos serviços prestados	15	<u>(11.217)</u>	<u>(8.630)</u>
Lucro bruto		<u>4.773</u>	<u>2.610</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(2.932)	(985)
Despesas comerciais	15	(204)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	<u>7</u>	<u>(3)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>1.644</u>	<u>1.622</u>
Despesas financeiras	16	(80)	(167)
Receitas financeiras	16	<u>74</u>	<u>77</u>
		<u>(6)</u>	<u>(90)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.638</u>	<u>1.532</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.1	(936)	(464)
Imposto diferido	17.2	<u>758</u>	<u>-</u>
		<u>(178)</u>	<u>(464)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.460</u>	<u>1.068</u>
Quantidade de ações	13.d	4.600.000	4.600.000
Resultado por ação:		0,3174	0,2322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações dos resultados abrangentes para o período de cinco meses levantado em 31 de maio de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.05.2021</u>	<u>31.05.2020</u> (não auditado)
Lucro do exercício	<u>1.460</u>	<u>1.068</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u><u>1.460</u></u>	<u><u>1.068</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria de Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de cinco meses levantados em 31 de maio de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	<u>Nota</u>	<u>Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019		600	-	5.977	6.577
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.141	7.141
Distribuição de lucros	13.c	-	-	(4.984)	(4.984)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		600	-	8.134	8.734
Aumento de capital	13.a	4.000	-	(4.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.460	1.460
Constituição de reserva legal	13.b	-	62	(62)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	(363)	(363)
Dividendos adicionais propostos	13.c	-	-	(4.088)	(4.088)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de maio de 2021		4.600	62	1.081	5.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria de Projetos S.A.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período de cinco meses levantado em 31 de maio de 2021 e de 2020

	Nota	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.638	1.532
Ajustes para:			
Depreciação/Amortização	18	97	185
Amortização direito de uso	18	133	102
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e arrendamento	7	24	21
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	154	
Provisão para contingência	12a	2.105	124
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(2.281)	425
Créditos diversos	-	86	(1.717)
Impostos a recuperar	6	(399)	(383)
Depósitos judiciais	12b	(261)	(124)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	107	28
Salários, encargos e provisão para férias	10	1.208	669
Dividendos a pagar	13.c	-	(353)
Impostos e contribuições a recolher	11	(1.236)	(173)
Adiantamentos de clientes	-	(138)	54
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	(102)	(111)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais		1.135	279
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição direito de uso	7	(110)	-
Aquisição de imobilizado	8	-	(51)
Aquisição de intangível	9	(692)	(342)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(802)	(393)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos com terceiros e arrendamentos	7	(163)	(137)
Dividendos pagos	13	(1.576)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(1.739)	(137)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.406)	(251)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	7.802	6.244
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	6.396	5.993
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.406)	(251)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria de Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações do valor adicionado para o período de cinco meses levantado em 31 de maio de 2021 e de 2020

	<u>31.05.2021</u>	<u>31.05.2020</u> (não auditado)
(+) 1 Receita	18.275	13.076
Receita	18.404	13.076
Outras Receitas	25	-
(-) Outras deduções	-	-
(-) PDD	(154)	-
(-) 2 Insumos	(4.281)	(3.166)
Serviços técnicos profissionais	(3.144)	(2.127)
Despesas	(1.054)	(872)
Outras despesas financeiras	(83)	(167)
(=) 3 Valor adicionado bruto	13.994	9.910
(-) 4 Provisões e Retenções	(227)	(286)
Depreciação	(75)	(40)
Amortização	(152)	(246)
(=) 5 Valor Adicionado Líquido	13.767	9.624
(+) 6 Valor Adicionado Recebido em Transferência	73	77
Receita financeira	73	77
(=) 7 Valor Adicionado a Distribuir	13.840	9.701
(-) 8 Distribuição de Valor Adicionado	(13.840)	(9.701)
Salários	(5.863)	(4.643)
Benefícios	(1.297)	(1.079)
Impostos e encargos sobre salário	(785)	(612)
Impostos indiretos	(2.413)	(1.835)
Impostos diretos	(177)	(464)
Outros impostos	(1.845)	-
Lucros mantidos	(1.460)	(1.068)
(9) Resultado operacional do exercício	1.111	1.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Top Down Consultoria & Projetos S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Top Down Consultoria e Projetos Ltda, possui sede na Rua do Carmo, nº 71, centro, na cidade do Rio de Janeiro – Estado do Rio de Janeiro. A Companhia atua no setor de tecnologia da informação, com ênfase no fornecimento de sistema de gestão de sustentação operacional para empresas de saúde suplementar através dos planos de saúde.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços gerais de processamento de dados, consultoria, treinamento em aplicação de computadores em áreas diversas e desenvolvimento de sistemas personalizados.

Em 31 de maio de 2021, os sócios aprovaram a transformação do tipo jurídico de sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, de forma que a Companhia passou a operar sob a denominação de Top Down Consultoria & Projetos S.A., sendo certo que a transformação do tipo societário ora aprovada, não importará em solução de continuidade da Companhia, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, conservando o mesmo patrimônio social e a mesma escrituração comercial e fiscal.

Em decorrência da transformação do tipo societário em anônima, os acionistas aprovaram a criação do conselho de administração da Companhia, composto por 3 membros eleitos por assembleia geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a sociedade reeleição.

Corona vírus (“COVID-19”)

Os primeiros casos de COVID-19 foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Whuran, na China. Devido ao rápido aumento de casos em escala global, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país.

A Companhia vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes e continuidade de suas operações. Destacamos que a Companhia não adotou no exercício medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

- **Avaliação de provisão para perda esperada:** A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Companhia não observou nenhuma mudança significativa em relação às Demonstrações Financeiras intermediárias em 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas.
- **Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada:** A Companhia avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou mudanças significativas em relação ao teste de impairment em 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de maio de 2021 e de 2020 e concluíram que as referidas demonstrações financeiras intermediárias traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 20 de agosto de 2021.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.2. Base de apresentação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias, e estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de maio de 2021 e de 2020.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.6. Principais políticas contábeis

2.6.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A **Companhia** realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados no resultado do exercício em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “Provisão para perdas de créditos esperados”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. A perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, vencidos acima de 180 dias.

2.6.2. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo (inferior a 90 dias) e sem risco de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.6.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A provisão para perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.6.4. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados, podendo ser confiavelmente mensurado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos ou outros itens similares.

Prestação de serviços de curta duração

Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento, gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de curta duração, na qual o resultado é apropriado quando as medições de prestação de serviços são efetivadas.

Quando vinculados a contratos firmados na modalidade de “Projetos”, o resultado é apropriado de forma similar à prestação de serviços de longa duração, conforme disposto a seguir:

Prestação de serviços de longa duração

Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento e gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de longa duração, o resultado de acordo a legislação societária brasileira e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com cliente, que destacamos os principais pontos:

Essa norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47/IFRS15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A **Companhia** reconhece receita quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47/IFRS15.

- A receita é reconhecida com base em medições dos serviços já executados. Com exceção dos serviços de customização que ultrapassa 2 meses, onde é reconhecido 50% no momento da aprovação e 50% no momento do encerramento do serviço. Já os custos são registrados no momento do fato gerador.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras, quando da ocorrência de efeitos significativos.

No decorrer do exercício apresentado a Companhia não obteve operações que resultem em resultados abrangentes, desta forma, não apresentou estes resultados.

2.6.5. Arrendamentos

A Companhia adota a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Na data de início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos.

2.6.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização (impairment). A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.6.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para a Companhia de Intangível:

	% taxas de amortização		
	2020	2019	2019
Software e licença de uso	20%	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.6.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e de suas controladas e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.6.10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.6.11. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras intermediárias nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.6.12. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.6.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.6.14. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.6.15. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.6.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evidencia a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para Companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras intermediárias. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.

3. Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações Companhia negócios.

Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) (R1) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2020 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias estão descritas a seguir. A Companhia adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Alterações ao CPC 11 – Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 – Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não é aplicável à Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.05.2021	31.12.2020
Caixa	-	3
Bancos	2.547	3.984
Aplicações financeiras	3.849	3.815
	6.396	7.802

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, as aplicações financeiras são atreladas parte renda fixa (CDI e IPCA) 105,36% em 2021 e 123,79% (2020) e parte em fundos de investimentos.

	Aplicações Financeiras
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.815
(+) Rendimento	37
(-) IRRF	(3)
Saldo em 31 de maio de 2021	3.849

5. Contas a receber de clientes

	31.05.2021	31.12.2020
De terceiros		
Clientes faturados	2.429	1.235
Clientes a faturar	3.807	2.720
(-) PECLD	(154)	-
	6.082	3.955

(i) A rubrica de “Clientes a faturar” registra a incorrência da receita no mês da competência de seu fato gerador, independentemente da data de emissão da Nota Fiscal.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O aging list está demonstrado conforme abaixo:

Vencimentos dos recebíveis	31.05.2021	31.12.2020
Saldos vencidos:		
Até 90 dias	230	632
Acima de 91 dias até 180 dias	59	32
Acima de 181 dias até 360 dias	2	-
Total vencidos	291	664
Total a vencer	2.138	571
Total recebíveis	2.429	1.235

Os clientes são analisados individualmente e os títulos considerados para provisão para perdas levaram em consideração os títulos vencidos há mais de 180 dias. A movimentação está assim apresentada abaixo:

	31.05.2021	31.12.2020
Saldo inicial	-	-
Provisão constituída	(154)	-
Saldo final	(154)	-

6. Impostos a recuperar

	31.05.2021	31.12.2020
INSS a recuperar	220	157
IRPJ e CSLL	632	409
PIS e COFINS a recuperar	319	305
Outros impostos a recuperar	111	12
	1.282	883

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Arrendamentos

a) Ativo - direito de uso

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 2020	Adições líquidas	Amortização do direito de uso	Saldo em 2021
Direito de uso - propriedade	1 a 3 anos	396	-	(101)	295
Direito de uso - equipamentos	3 anos	225	110	(32)	303
Direitos de uso em arrendamento, líquido		621	110	(133)	598

O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

b) Passivo - direito de uso

	Taxa	Saldo em 2020	Impacto anual do contrato	Baixa por pagamento	Encargos financeiros	Saldo em 2021
Direito de uso - propriedade	6,90% a 9,33%	501	-	(127)	16	390
Direito de uso - equipamentos	8,37% a 13,89%	227	110	(36)	8	309
Direitos de uso em arrendamento, líquido		728	110	(163)	24	699
Circulante		299				276
Não Circulante		429				423

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Imobilizado líquido

Custo	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Móveis e utensílios	360	-	360
Equipamentos de informática	798	-	798
Máquinas e equipamentos	6	-	6
Instalações	384	-	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.158	-	1.158
	2.706	-	2.706
Depreciação acumulada			
Móveis e utensílios	(243)	(15)	(258)
Equipamentos de informática	(533)	(28)	(561)
Máquinas e equipamentos	(6)	-	(6)
Instalações	(384)	-	(384)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(969)	(41)	(1.010)
	(2.135)	(84)	(2.219)
Imobilizado líquido	571	(84)	487

9. Intangível

Custo	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Software	221	14	235
Pesquisa e Desenvolvimento	1.158	656	1.814
Marcas e patentes	17	22	39
Total	1.396	692	2.088
Amortização acumulada			
Marcas e patentes	(18)	(13)	(31)
Total	(18)	(13)	(31)
Intangível Líquido	1.378	679	2.057

(i) Em 2021, a Companhia está em fase de desenvolvimento de projetos sistêmicos, na qual levou em consideração para registro do ativo todos os gastos diretamente relacionados aos projetos. Cabe ressaltar que, em função de os projetos ainda estarem sendo desenvolvidos, os saldos não serão amortizados até a sua conclusão para uso.

10. Salários, encargos e provisão para férias

	31.05.2021	31.12.2020
Salários e Encargos Sociais a pagar	1.503	782
Provisão de Férias e Encargos Sociais a pagar	1.966	1.479
	3.469	2.261

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Impostos a recolher

	31.05.2021	31.12.2020
ISS a pagar	358	438
IRPJ e CSLL a pagar	633	1.183
PIS e COFINS a pagar	623	513
Outros	6	2
	1.620	2.136
Circulante	1.615	2.127
Não Circulante	5	9
Total	1.620	2.136

12. Provisão para contingências

a) Contingências

Provisão para contingências	Tributárias
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.175
(+) Adições	2.105
Saldo em 31 de maio de 2021	4.280

A Companhia tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima.

Riscos não provisionados (risco de perda possível)	Cíveis
Perda possível em 2021	3.031

b) Depósitos Judiciais

	Tributários
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.175
(+) Adições	261
Saldo em 31 de maio de 2021	2.436

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 22 de maio de 2021, houve aumento de capital no valor de R\$ 4.000 mil, mediante ao saldo de reserva de lucros, sendo que o capital social da companhia passou de R\$ 600 mil para R\$ 4.600 mil.

Em virtude da transformação do tipo societário em sociedade anônima, a Sociedade passou a ser regida pelas disposições da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conforme alterada cada quota em que se divide o capital social da Companhia, dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, foi convertido na proporção de 1 (uma) quota para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Sociedade, passou a ser de R\$ 4.600, dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo as ações distribuídas para os acionistas na mesma proporção em que participavam do capital social da Sociedade anteriormente a transformação ora aprovada, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas em 31 de maio de 2021	Ações	%
Jose Aymberê de Almeida Junior	1.150.000	25%
Luiz Freire Machado	1.150.000	25%
Vera Maria Bonini Freire Machado	1.150.000	25%
Pedro Freire Machado	1.150.000	25%
	4.600.000	

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era de R\$ 600 mil subscrito e integralizado, e representado por 600.000 quotas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei no. 6.404/76. Em 31 de maio de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$ 62 a título de reserva de lucros.

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de lucros foi realizada de forma desproporcional às quotas de capital social, porém suportada por atas assinadas pelos sócios em comum acordo. Entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de maio de 2021, foram distribuídos R\$ 4.451 mil (R\$ 4.984 mil em 2020) relativo ao lucro corrente e reservas de lucros acumulados até 2020. Até 31 de maio de 2021, existia o valor de R\$ 2.875 restantes a pagar.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

14. Receita líquida de serviços prestados

	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Mercado nacional		
Com terceiros		
Prestação de serviços	18.404	13.076
Receita bruta total	18.404	13.076
(-) Impostos sobre vendas (a)	(2.414)	(1.836)
Total de receita	15.990	11.240

(a) As alíquotas correspondentes para 31 de maio de 2021 e 2020 são: PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS 5%.

As receitas de serviço da Companhia são, em sua totalidade, decorrentes de:

- i) **Licenciamento e Manutenção:** Conceitua-se por ceder ao cliente, em caráter não exclusivo, o direito de uso do produto Top Saúde, na vigência do contrato, com ou sem a hospedagem do banco de dados do sistema sob responsabilidade do cliente, bem como também, manter o adequado funcionamento do sistema;
- ii) **Implantação:** Refere-se aos serviços realizados em novos clientes ou novos módulos adquiridos, contemplando todos os esforços necessários para a instalação até a entrada em produção do sistema Top Saúde;
- iii) **Serviços:** Referente a consultorias, customizações sistêmicas e suporte técnico não previstos na implantação ou licenciamento, solicitadas pelo cliente;
- iv) As **receitas diferidas** se referem ao reconhecimento do serviço já prestados e que ainda não tenha sido efetuada a emissão de nota fiscal. Os valores são apurados de acordo com a precificação prevista em contrato ou em negociação com o cliente, e conseqüentemente com a aprovação.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Custos e despesas por natureza

Classificados como:	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Custos dos serviços prestados	(11.217)	(8.630)
Despesas gerais e administrativas	(2.932)	(985)
Despesas comerciais	(204)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	7	(3)
	(14.346)	(9.618)

Natureza	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Mão de obra própria	(7.978)	(6.348)
Serviços com terceiros	(3.418)	(2.348)
Depreciação e amortização	(194)	(286)
Provisão para contingência	(2.105)	-
Manutenção de softwares	(255)	(74)
Manutenção/conservação e infraestrutura	(186)	(226)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(253)	(267)
Viagens e estadias	(1)	(43)
Outras receitas (despesas) operacionais	44	(26)
	(14.346)	(9.618)

16. Resultado financeiro

	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(7)	(6)
Juros passivos sobre contraprestações a pagar	(72)	(44)
Outras despesas financeiras	(1)	(117)
	(80)	(167)
Receitas financeiras		
Receitas com outros investimentos financeiros	38	46
Outras receitas financeiras	36	31
	74	77
Resultado financeiro	(6)	(90)

17. Imposto de renda e contribuição social corrente

17.1 Impostos correntes

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), registrado nas demonstrações financeiras intermediárias, são calculados com base no lucro real.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A memória de cálculo dos impostos correntes é como segue:

	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.638	1.532
(+) Adições	4.970	2.080
(-) Baixas	(3.774)	(2.195)
(=) Base de cálculo dos impostos	2.934	1.417
(x) Alíquota oficial de imposto %	34%	34%
(=) Imposto de renda 15%	(425)	(213)
(=) Adicional de 10%	(256)	(123)
(=) Contribuição Social 9%	(255)	(128)
(=) Incentivo PAT	-	-
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	(936)	(464)

17.2 Impostos diferidos

Descrição	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Imposto de renda diferido	689	-
Contribuição social diferida	248	-
	937	-

A memória de cálculo dos impostos diferidos é como segue:

Descrição	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Arrendamentos	(48)	-
Exigibilidade suspensa	657	-
Provisões diversas	2.148	-
Base de cálculo efetiva	2.757	-
Impostos diferidos	937	-

Movimentação dos impostos diferidos

Descrição	31.05.2021	31.05.2020 (não auditado)
Saldo inicial	179	-
Movimentação líquida no período	758	-
Saldo final	937	-

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

A **Companhia** mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A **Companhia** não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da **Companhia** estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela **Companhia** são como segue:

	Valor contábil		Nota Explicativa	Nível
	31.05.2021	31.12.2020		
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	6.082	3.955	5	2
Caixa e equivalentes de caixa	6.396	7.802	4	1
	12.478	11.757		
Passivos financeiros				
Passivos de arrendamento	699	728	7	2
Fornecedores e outras contas a pagar	868	761		2
	1.567	1.489		

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e créditos diversos fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Arrendamentos mercantis, fornecedores e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

(a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela **Companhia** para cada instrumento.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

(i) Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.05.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.082	7.802
Contas a receber de clientes	6.163	3.967
	12.245	11.769

A **Companhia** restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e aos equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contas a receber de clientes, a **Companhia** restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a **Companhia** sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A **Companhia** não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota nº 4.

(iii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a **Companhia** vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração da **Companhia** monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **Companhia** faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

(b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

(ii) Contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos esperados.

c) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A **Companhia** efetua testes de análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A **Companhia** desenvolveu análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas e foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio em 31 de maio de 2021 é de 2,17% ao ano e de 1,90% ao ano em 2020 e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Operação	Saldos em maio 2021	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras		Redução CDI	2,17%	1,63%	1,09%
Receita financeira			84	63	42
Operação	Saldos em 2020	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	3.815	Redução CDI	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira			72	55	36

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Não há risco de solvência da Companhia.

A Companhia não possui em 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020 passivos com risco de liquidez.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

19. Cobertura de seguros

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	10/12/2021	1.400
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	26/12/2021	1.600
		3.000

A **Companhia** tem como política contratar cobertura de seguros imobiliários para seus escritórios e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de maio de 2021 e de 2020 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Eventos subsequentes

Em 02 de junho de 2021 a Interplayers Soluções Integradas S.A. tornou-se sócia da Top Down adquirindo 75% da **Companhia** pertencentes aos sócios retirantes Luis Freire Machado (25%), Vera Maria Bonini Freire Machado (25%) e José Aymberê de Almeida Júnior (25%).

A participação da Interplayers tem como objetivo a ampliação dos negócios existentes e da criação e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços, em especial para o setor médico e outros setores correlatos.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o balanço patrimonial de abertura levantado em 01 de janeiro de 2019.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Índice

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
Demonstrações financeiras	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Top Down Consultoria & Projetos Ltda (“Sociedade” ou “Top Down”) submete à apreciação de seus sócios/acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, bianuais, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e saldos iniciais de 2019.

Mensagem da Diretoria Executiva

2020 será lembrado pelo advento de uma pandemia com características globais e de que alguma informa impactou a vida de todos ao redor do mundo. Não somente estávamos enfrentando um problema epidemiológico, mas também de reestruturação e readequação de do modo que tratamos nosso cotidiano.

Em meados de março/2020 todos os colaboradores da Top Down foram para o home office, e ao mesmo tempo que preservamos a saúde de nossos colaboradores, continuamos atendendo plenamente nossos clientes.

Em meio a este cenário tivemos a oportunidade de promover mudanças na forma como tratamos o negócio e de como acolhemos todos aqueles que fazem parte, de algum modo, dos nossos canais de relacionamento. Com esta visão aceleramos o desenvolvimento de tecnologias, com foco sempre na área da Saúde, para conseguir trazer ao mercado soluções que proporcionassem diferenciais no negócio. A pandemia do novo Coronavírus impulsionou serviços e métodos que já estavam em operação e passaram a ser extremamente necessários durante o período. Diante dessa realidade e das tomadas de decisões necessárias para conter o avanço do vírus, tornou-se necessário voltar ao ponto primordial para então priorizar a saúde e integridade dos nossos colaboradores, bem como a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes, cumprindo nossa responsabilidade perante a sociedade e mercado. Dessa forma, nos posicionamos de forma consciente, reinventamos nossos processos, investimos em novos métodos e tecnologias que contribuíssem para um mercado ainda mais disruptivo, humanizamos ainda mais nossos métodos com nossos colaboradores e clientes.

O ano de 2020 foi muito importante também para refletirmos sobre nossa estrutura e nossos processos, percebemos que existiam diversas oportunidades de melhoria e que seria o momento de promover grandes mudanças para impactar de forma positiva nossos colabores, clientes e o resultado da empresa. Lançamos então em janeiro de 2021 o Projeto TransformAÇÃO, um conjunto de ações que seriam implementadas ao longo dos anos 2021 e 2022.

O Projeto TransformAÇÃO foi estruturado com sete pilares estratégicos que terá como resultado um novo posicionamento da empresa perante o mercado e seus colaboradores:

- Nova estrutura organizacional;
- Otimização de processos;
- Roadmap de Novas Funcionalidades dos produtos;

- Roadmap de Evolução Tecnológica dos produtos;
- Novos produtos e serviços;
- Parcerias;
- Pessoas.

A consolidação da marca no mercado de Saúde foi alicerçada com soluções que disponibilizamos ao mercado, através dos segmentos onde atuamos: Médico, Odontológico, Administradoras em Saúde e Corretoras em Saúde. Estas soluções estão disponíveis nos produtos – TopSaúde Médico, TopSaúde Dental, TopSaúde Administradora, TopSaúde Corretora, Portais de Serviço (Beneficiário, Rede Credenciada, Empresa, Vendas PF e PJ, Corretor), APP Beneficiário. Para continuidade no fortalecimento da marca e produtos, foi desenvolvido a solução TopSaúde Intelligence onde o objetivo desta ferramenta é levar ao mercado um produto inovador, trazendo inteligência ao negócio e abrindo oportunidades de gestão preditiva junto a operação.

Atualmente nossos produtos suportam a operação de mais de 15 milhões de beneficiários em nossos clientes, fazendo com que a Top Down se posicione com destaque entre as maiores provedoras de tecnologia para empresas pagadoras da Saúde Suplementar. Esta volumetria é atingida através de nossa carteira de clientes que atualmente é formada pelos grandes players do mercado de Saúde, entre eles –GNDI, Porto Seguro, Unimed Seguros, Central Nacional Unimed, MetLife, entre outros.

Nosso planejamento é atingir o Middle Market da área da Saúde (operadoras com carteira entre 20.000 e 200.000 beneficiários ativos), levando nossas soluções para este público e conseguir atingir um número cada vez maior de empresas e proporcionar soluções inovadoras e disruptivas.

Perfil

Fundada em 1985, a Top Down é uma empresa brasileira que desenvolve sistemas de alto nível tecnológico, oferecendo ao mercado soluções tecnológicas inovadoras e consultoria na área de legislação do segmento. Com isso conseguimos aliar tecnologia de ponta e gestão para que todos os nossos parceiros façam a diferença em um mercado cada vez mais competitivos.

Nossa missão é desenvolver soluções completas de tecnologia para a área da saúde, superando desafios de forma inteligente, integrada e alinhada às necessidades dos clientes e do mercado.

Temos como objetivo permanecer sendo referência em tecnologia de soluções para a Área de Saúde, levando soluções de alto nível a todos os players do mercado, focando na inovação para estar sempre à frente.

Nossos valores:

- Transparência e Ética, para estimular confiança e credibilidade em nossos relacionamentos;
- Proximidade e Parceria, para alinhar-se às necessidades do cliente, visando satisfação e crescimento mútuo;
- Dedicção, para garantir atendimento ágil e eficiente, lado a lado com o cliente.
- Inovação, para desenvolver soluções cada vez mais criativas e exclusivas perante os desafios do mercado.

Cenário Econômico e Setorial

A queda de 4,1% no PIB em 2020 foi a maior em 30 anos e o terceiro pior resultado anual da história econômica do Brasil, menor apenas que as retrações registradas em 1981 e 1990, de 4,3% do PIB em ambos os anos. Essa queda interrompeu e praticamente anulou o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%.

Mas quando falamos do mercado de saúde e bem-estar nos deparamos com um cenário disruptivo e inovador. Segundo dados disponibilizados no estudo [Distrito HealthTech Report](#), entre os anos de 2014 e 2020, a quantidade de Health Techs no país cresceu de forma exponencial, saindo de 160 para 542 startups, sendo metade com no mínimo 5 anos de operação, movimentando neste período US\$ 430 milhões em 189 rodadas de Venture Capital. O desenvolvimento de soluções tecnológicas na área da saúde, como a Telemedicina, não é algo que surgiu a partir da pandemia do COVID-19, esta discussão é antiga, e a covid-19 só fez com que o assunto retornasse à pauta de maneira prioritária. Com o isolamento social como forma de evitar uma propagação maior do vírus e para manter o bom gerenciamento da saúde da população, a telemedicina foi reconhecida no País, em caráter excepcional, pelo Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde conforme Lei nº 13.989 de 16 de abril de 2020. A regulamentação é válida apenas durante o período de emergência da pandemia.

A expectativa do mercado é que as regulamentações se mantenham ao término do período emergencial. Acreditamos que a telemedicina, teleconsulta, teletriagem, prescrição digital e muitas outras soluções digitais, como e-commerce, marketplace, plataformas de diagnósticos, serão incorporados deste novo mercado, melhorando o acesso à saúde para população.

Nosso Posicionamento

Após implantarmos o TopSaúde em algumas das maiores operadoras de planos médicos e odontológicos do Brasil, avançamos agora para o midle market, oferecendo o TopSaúde Cloud. Em 2021, lançamos no mercado soluções inteligentes de grande relevância na área da saúde. Abaixo algumas soluções que estão se destacando e outras que até o fim do ano prometem surpreender. Confira:

- TopSaúde Intelligence;
- TopSaúde Regulatório;
- TopCast;
- TopTraining.

Além do fortalecimento de nossos produtos, embarcando novas tecnologias, a empresa também atua em projetos para desenvolver conteúdo para o mercado trazer, de forma colaborativa, temas que são necessários trazer a discussão em meio ao momento de transformação que vivemos atualmente. Entre estes projetos estão o TopCast – Um canal de conteúdo onde são convidados pessoas do segmento saúde para analisar e dividir experiências relevantes sobre algum tema sensível ao mercado de Saúde. Atualmente o TopCast está disponível em plataformas digitais e alcançando um número cada vez maior de pessoas levando conteúdo de qualidade e levando a marca da TopDown como uma empresa que proporciona debates enriquecedores para o mercado. Também lançamos nossa plataforma de ensino onde estamos proporcionando cursos, treinamentos e conteúdos para nossos colaboradores, bem como, nossos parceiros promovendo treinamentos e capacitação em nossas soluções.

Todas as ações tem objetivo de tornar o ano de 2021, ainda desafiador, uma oportunidade de dar continuidade aos projetos já consolidados, e que são nossos produtos reconhecidos no mercado, bem como agregar novas plataformas e projetos voltados a comunidade para conseguir também de alguma forma auxiliar nossa sociedade neste momento que ainda é tão delicado. Vencer desafios é uma característica da Top Down, por isso está em nosso DNA a capacidade de nos reinventarmos e desenvolver soluções que auxiliem no crescimento das empresas e sociedade, grandes conquistas já realizamos e sabemos que temos muitas outras a alcançar e somente com uma marca forte vamos conseguir avançar e continuar investindo em projetos vencedores e em um time de alta performance.

Top Down em Números

2020



Governança Corporativa

Diante da emergência trazida pelo COVID-19, as práticas do ESG (Environment, Social and Governance) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) tem sido cada vez mais usada pelas empresas. Estamos nos preparando para um mundo pós pandemia, reforçando nosso compromisso junto às questões relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança

A Governança Corporativa está em contínuo aperfeiçoamento, visando zelar pela viabilidade econômico-financeira da Sociedade. Sempre que necessário a Diretoria promove alterações e inovações no seu modelo de governança, promovendo a segurança e transparência na gestão dos negócios. Neste sentido a Administração vem estruturando novos Comitês com atribuições relevantes para garantir e aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa:

- ✓ **Comitê de Riscos e Governança** – é responsável por garantir e aprimorar os controles internos; recomendar procedimentos diante da constatação de inadequações em processos, procedimentos e/ou sistemas; garantir o cumprimento da Lei Geral de proteção de dados (LGPD), bem como segurança das informações; acompanhar o mapeamento dos riscos que a Sociedade está exposta e as respectivas ações preventivas e mitigantes.

- ✓ **Comitê de RH e Remuneração** - emite opiniões sobre políticas de atração, retenção e desenvolvimento de talentos, bem como recomenda e opina a respeito de sucessão, avaliação de desempenho e treinamentos. Elabora proposta de remuneração e benefícios dos altos executivos.
- ✓ **Comitê de Inovação e Transformação Digital** - É responsável por assessorar a Administração com a avaliação, priorização e desenvolvimento de novas tecnologias nas soluções, com foco no planejamento estratégico definida pela Administração.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos desempenhou um papel fundamental na migração do trabalho presencial para home office. Criamos um canal direto para garantir que todos os colaboradores estivessem devidamente informados e trabalhando de forma adequada.

Encerramos o exercício de 2020 com **134 colaboradores** envolvidos em um pacote de benefícios que inclui: assistência à saúde, odontológica, auxílio creche e alimentação, e outros benefícios que permitem aos nossos colaboradores acesso a faculdades e academias com descontos especiais.

Responsabilidade com Meio Ambiente e Segurança

A Top Down mantém seu compromisso com Sustentabilidade a Responsabilidade Social junto a comunidade e seus colaboradores. Sabemos da importância do nosso papel na conscientização e na mudança de hábitos dos nossos colaboradores.

Desde o início da pandemia, a Sociedade adotou várias medidas para proteger seus colaboradores. Reforçamos todos os nossos protocolos de segurança, para garantir que nossas operações se mantivessem protegidas.

Trabalhamos para construir uma cultura de respeito, inclusão e equidade, que permita que as pessoas desenvolvam seus talentos com suas características únicas. Acreditamos no empoderamento feminino, e temos orgulho de divulgar que a atuação feminina atingiu **23,9%** de participação no quadro total de colaboradores.

Nosso programa de inclusão social reforça nosso compromisso de oferecer vagas para pessoas com deficiência, bem como, para jovem aprendiz.

Desempenho Econômico-Financeiro

Encerramos 2020 com **Receita Líquida de R\$ 34,5 milhões** (+17,19% YoY), impulsionado, principalmente, pelo crescimento das vendas em novas soluções.

Custo das Vendas e Serviços de R\$ 21,6 milhões (+10% YoY)

Margem bruta em 2020 foi de 63,0%, (+7% p.p. YoY).

Despesas Gerais e Administrativas de R\$ 2,5 milhões (- 18% YoY), equivalente a 7% da receita líquida.

EBITDA

O lucro líquido das operações continuadas de 2020 foi **R\$ 7,2 milhões**, representando aumento de 117% em relação a 2019.

O EBITDA em 2020 totalizou **R\$ 11,2 milhões**, com margem de **32,4%** (+ 8,5% p.p. YoY).

Investimentos

Em 2020, a Top Down investiu e **R\$ 1,1 milhões** em ativos intangíveis, direcionados à inovação e desenvolvimento de novas soluções. Diante da alta demanda em novas soluções no mercado de saúde e bem-estar a Sociedade intensificou seus investimentos, confirmando seu compromisso em prover aos seus clientes soluções com tecnologia de ponta.

Endividamento

	Milhões de Reais		
	2020	2019	Var%
Circulante	R\$ 0,30	R\$ 0,21	42,9%
Não Circulante	R\$ 0,43	R\$ 0,42	3,1%
Dívida Bruta	R\$ 0,73	R\$ 0,63	16,5%
(-) Caixa e Equivalente e outros instrumentos financeiros	R\$ 7,80	R\$ 6,24	25,0%
Dívida Líquida	R\$ 7,07	R\$ 5,62	25,9%

Em 2020 a dívida bruta aumento 16,5% decorrente de contrato de arrendamento imobiliário e financeiro, apresentou uma variação de +25% YoY em caixa e equivalentes de caixa finalizando o exercício com **R\$ 7,8 milhões**.

Dividendos

A distribuição de lucros foi realizada de forma desproporcional às quotas de capital social, porém suportada por atas assinadas pelos sócios em comum acordo. No ano de 2020, foram distribuídos **R\$ 4,9 milhões** (R\$ 4.1 milhões em 2019) relativo ao lucro corrente e reservas de lucros acumulados até 2020.

Relacionamento com Auditores

A Top Down utilizou os serviços de auditoria independente da RSM Auditores Independentes (RSM), para revisão de suas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, a Sociedade adotou como procedimento formal, previamente na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, fundamentar-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste sentido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram contratados serviços adicionais.

Nossos auditores independentes declararam à Administração que não possuem aspectos de independência que pudessem afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Top Down Consultoria e Projetos Ltda. “Sociedade”, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Top Down Consultoria e Projetos Ltda. em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2019 e o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.7, em decorrência do refazimento e reemissão das demonstrações financeiras, por conta de mudança retroativa de práticas contábeis, os valores correspondentes e as divulgações referentes às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e do balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro” e CPC 26(R1) “Apresentação das demonstrações contábeis”. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita envolve dependência do adequado funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação e de seus respectivos controles internos para assegurar que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes aos serviços prestados a serem faturadas. As receitas de serviços e de software apresentam obrigações de desempenho distintas e são reconhecidas em função do cronograma de execução dos serviços contratados e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assegurar a integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais para fins de apuração das receitas e o correto reconhecimento das mesmas pela Sociedade, portanto, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Sociedade no reconhecimento das receitas de prestação de serviços; (ii) Realização de procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste; (iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita considerando a data de aprovação do contrato, horas incorridas, valor da taxa hora, validação do timesheet de horas incorridas no exercício e percentual de evolução do serviço executado; (iv) Testes de recebimentos subsequentes de faturas, por amostragem; (v) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Sociedade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) da Top Down Consultoria e Projetos Ltda. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 elaboradas sob a responsabilidade da sua Administração e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

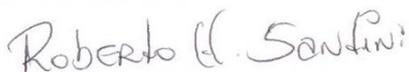
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de setembro de 2021.



Roberto Henrique Santini
Contador CRC 1SP-247.963/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Top Down Consultoria & Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e 01 de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2020</u> (reapresentado)	<u>2019</u> (reapresentado)	<u>01/01/2019</u> (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.802	6.244	7.777
Contas a receber de clientes	5	3.955	3.576	2.830
Impostos a recuperar	6	883	490	306
Impostos diferidos	17.2	179	-	-
Créditos diversos	-	107	77	93
Total do ativo circulante		<u>12.926</u>	<u>10.387</u>	<u>11.006</u>
Não circulante				
Créditos diversos	-	-	-	32
Depósitos judiciais	12	2.175	1.780	1.410
Direito de uso - arrendamento	7.a	621	503	630
Imobilizado	8	571	736	585
Intangível	9	1.378	90	12
Total do ativo não circulante		<u>4.745</u>	<u>3.109</u>	<u>2.669</u>
Total do ativo		<u><u>17.671</u></u>	<u><u>13.496</u></u>	<u><u>13.675</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria & Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e 01 de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

		PASSIVO		
	Nota	2020	2019	01/01/2019
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Passivo de direito de uso - arrendamento	7.b	299	218	75
Fornecedores e outras contas a pagar	-	761	629	212
Salários, encargos e provisão para férias	10	2.261	2.326	2.443
Impostos e contribuições a recolher	11	2.127	1.528	1.257
Receitas antecipadas	-	876	-	-
Dividendos a pagar				
Total do passivo circulante		6.324	4.701	3.987
Não circulante				
Passivo de direito de uso - arrendamento	7.b	429	416	555
Impostos e contribuições a recolher	11	9	22	22
Provisão para contingências	12	2.175	1.780	1.410
Total do passivo não circulante		2.613	2.218	1.987
Patrimônio líquido				
Capital social	13	600	600	600
Reserva de lucros	-	8.134	5.977	7.101
Total do patrimônio líquido		8.734	6.577	7.701
Total do passivo e patrimônio líquido		17.671	13.496	13.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria & Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020 (reapresentado)	2019 (reapresentado)
Receita de serviços líquida	14	34.497	29.662
Custos dos serviços prestados	15	(21.677)	(20.008)
Lucro bruto		12.820	9.654
Despesas gerais e administrativas	15	(2.351)	(2.873)
Despesas comerciais	15	(201)	(588)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(50)	(150)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		10.218	6.043
Despesas financeiras	16	(284)	(157)
Receitas financeiras	16	240	339
		(44)	182
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		10.174	6.225
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.1	(3.212)	(3.231)
Imposto diferido	17.2	179	-
		(3.033)	(3.231)
Lucro líquido do exercício		7.141	2.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria & Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u> (reapresentado)	<u>2019</u> (reapresentado)
Lucro do exercício	<u>7.141</u>	<u>2.994</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u><u>7.141</u></u>	<u><u>2.994</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria de Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	<u>Nota</u>	<u>Capital</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)		600	7.101	7.701
Lucro líquido do exercício	-	-	2.994	2.994
Distribuição de lucros	13.b	-	(4.118)	(4.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		600	5.977	6.577
Lucro líquido do exercício	-	-	7.141	7.141
Distribuição de lucros	13.b	-	(4.984)	(4.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		600	8.134	8.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria de Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e 01 de janeiro de 2019

	Nota	<u>2020</u> (reapresentado)	<u>2019</u> (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		10.174	6.225
Ajustes para:			
Depreciação/Amortização	18	344	479
Amortização direito de uso	18	239	206
Baixa de ativos imobilizado e intangível	8 e 9	164	(31)
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e arrendamento	7	49	53
Provisão para contingência	12a	395	370
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(379)	(746)
Créditos diversos		(28)	48
Impostos a recuperar	6	(682)	(184)
Depósitos judiciais	12b	(394)	(370)
Fornecedores e outras contas a pagar		(393)	417
Salários, encargos e provisão para férias	10	(65)	(118)
Impostos e contribuições a recolher	11	1.041	686
Adiantamentos de clientes		876	-
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	(2.854)	(3.644)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais		<u>8.487</u>	<u>3.391</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição direito de uso	7	(358)	(78)
Aquisição de imobilizado	8	(331)	(599)
Aquisição de intangível	9	(1.300)	(79)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.989)</u>	<u>(756)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Atualização anual contrato de arrendamento	7	359	79
Pagamentos de empréstimos com terceiros e arrendamentos	7	(315)	(129)
Dividendos distribuídos	13	(4.984)	(4.118)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(4.940)</u>	<u>(4.168)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.558</u>	<u>(1.533)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	6.244	7.777
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	7.802	6.244
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.558</u>	<u>(1.533)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria de Projetos Ltda.

CNPJ: 29.185.279/0001-07

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(+) 1 Receita	39.750	34.168
Receita	39.750	34.168
(-) 2 Insumos	(10.031)	(6.450)
Serviços técnicos profissionais	(5.670)	(3.221)
Despesas	(4.079)	(2.978)
Outras despesas financeiras	(282)	(251)
(=) 3 Valor adicionado bruto	29.719	27.718
(-) 4 Provisões e Retenções	(572)	(662)
Depreciação	(104)	(117)
Amortização	(468)	(545)
(=) 5 Valor Adicionado Líquido	29.147	27.056
(+) 6 Valor Adicionado Recebido em Transferência	240	339
Receita financeira	240	339
(=) 7 Valor Adicionado a Distribuir	29.387	27.395
(-) 8 Distribuição de Valor Adicionado	(29.387)	(27.395)
Salários	(9.933)	(12.058)
Benefícios	(2.717)	(2.791)
Impostos e encargos sobre salário	(1.310)	(1.815)
Impostos indiretos	(5.363)	(4.506)
Impostos diretos	(2.923)	(3.231)
Lucros mantidos	(7.141)	(2.994)
(9) Resultado operacional do exercício	6.987	2.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Top Down Consultoria e Projetos Ltda. (“Sociedade”) possui sede na Rua do Carmo, nº 71, centro, na cidade do Rio de Janeiro – Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade atua no setor de tecnologia da informação, com ênfase no fornecimento de sistema de gestão de sustentação operacional para empresas de saúde suplementar através dos planos de saúde.

A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços gerais de processamento de dados, consultoria, treinamento em aplicação de computadores em áreas diversas e desenvolvimento de sistemas personalizados.

Corona vírus (“COVID-19”)

Os primeiros casos de COVID-19 foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Whuran, na China. Devido ao rápido aumento de casos em escala global, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país.

A Sociedade vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes e continuidade de suas operações. Destacamos que a Sociedade não adotou no exercício medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e nº 03/2020, a Sociedade revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

- **Avaliação de provisão para perda esperada:** A Sociedade avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Sociedade não observou nenhuma mudança significativa em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas.
- **Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada:** A Sociedade avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou mudanças significativas em relação ao teste de impairment de 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Além dos itens destacados acima, a Sociedade vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Sociedade examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e do balanço de abertura em 01 de janeiro de 2019 e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 23 de julho de 2021.

2.2. Base de apresentação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias, e estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.6. Principais políticas contábeis

2.6.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Sociedade realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados no resultado do exercício em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A “Provisão para perdas de créditos esperados”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. A perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, vencidos acima de 180 dias.

2.6.2. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo (inferior a 90 dias) e sem risco de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.6.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade e estão apresentadas a valores de custo amortizado. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.6.4 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados, podendo ser confiavelmente mensurado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos ou outros itens similares.

Prestação de serviços de curta duração

Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento, gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de curta duração, na qual o resultado é apropriado quando as medições de prestação de serviços são efetivadas.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando vinculados a contratos firmados na modalidade de “Projetos”, o resultado é apropriado de forma similar à prestação de serviços de longa duração, conforme disposto a seguir:

Prestação de serviços de longa duração

Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento e gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de longa duração, o resultado de acordo a legislação societária brasileira.

Destacamos que no balanço de abertura em 01/01/2019 foi implantado o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com cliente, o qual substituiu os pronunciamentos CPC 17- Contratos de construção e o CPC 30 - Receitas, que destacamos os principais pontos:

Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47/IFRS15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A Sociedade reconhece receita quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47/IFRS15.

- A receita é reconhecida com base em medições dos serviços já executados. Com exceção dos serviços de customização que ultrapassa 2 meses, onde é reconhecido 50% no momento da aprovação e 50% no momento do encerramento do serviço. Já os custos são registrados no momento do fato gerador.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras, quando da ocorrência de efeitos significativos.

No decorrer do exercício apresentado a Sociedade não obteve operações que resultem em resultados abrangentes, desta forma, não apresentou estes resultados.

2.6.5 Arrendamentos

Até 2018, a Sociedade aplicava a norma IAS 17/CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil, no qual estabelecia que a determinação de se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Neste contexto, com base nestas normas, os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem à Sociedade substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os arrendamentos operacionais, que eram os arrendamentos substancialmente mantidos pela Sociedade são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado de forma linear por competência, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não se qualificarem nesta regra são classificados como operacional.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Sociedade adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A IFRS 16/CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17/CPC 06(R1). Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17/CPC 06(R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Sociedade selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Sociedade aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

A Sociedade como arrendatário

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Sociedade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Sociedade aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Sociedade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Sociedade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Sociedade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Sociedade usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Na data de início do contrato, a Sociedade avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Sociedade reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos.

2.6.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização (impairment). A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.6.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para a Sociedade de Intangível:

	% taxas de amortização		
	2020	2019	01/01/2019
Software e licença de uso	20%	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.6.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Sociedade e de suas controladas e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.6.10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime do lucro real observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

No exercício de 2019 a Sociedade apurava seus impostos com base no regime de lucro presumido, onde o imposto de renda era calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita de venda e 32% para receita de prestação de serviço, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social era calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita de venda e 32% de receita de prestação de serviço

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.6.11. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.6.12. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.6.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.6.14. Distribuição de lucros

A Sociedade reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Sociedade ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. Nos exercícios de 2020 e 2019 todo o valor deliberado para distribuição de dividendos foram pagos dentro do exercício.

2.6.15. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.6.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evidencia a riqueza gerada pela Sociedade e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para Companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras individuais. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.

2.7. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em cumprimento ao Pronunciamento Contábil CPC 23 - “Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro”, a Administração da Sociedade está reapresentando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro 2020, 31 de dezembro 2019 e 01 de janeiro de 2019, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 em decorrência da mudança das práticas contábeis emanadas pelo Pronunciamento Técnico CPC para pequenas e médias empresas (CPC – PME) de adequação práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (“CPC Full”). Os ajustes contábeis efetuados naquelas datas estão assim demonstrados:

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do Balanço Patrimonial em 01.01.2019

	Nota	2018 PME (reapresentado)	Ajuste (reapresentado)	01.2019 CPC Full (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.777	-	7.777
Contas a receber de clientes	(a) / (b)	3.100	(270)	2.830
Impostos a recuperar	(c)	571	(265)	306
Créditos diversos	(d)	146	(53)	93
Total do ativo circulante		11.594	(588)	11.006
Não circulante				
Créditos Diversos	(d)	1.467	(1.435)	32
Depósitos judiciais	(d)	1.372	38	1.410
Direito de uso - aluguel	(e)	-	630	630
Imobilizado	(d)	712	(127)	585
Intangível	-	12	-	12
Total do ativo não circulante		3.563	(894)	2.669
Total do ativo		15.157	(1.482)	13.675
Passivo				
Circulante				
Passivo de direito de uso - aluguel	(e)	-	75	75
Fornecedores e outras contas a pagar	(d)	303	(90)	213
Salários, encargos e provisão para férias	-	2.443	-	2.443
Impostos e contribuições a recolher	(c)	1.017	240	1.257
Total do passivo circulante		3.763	225	3.988
Não circulante				
Ativo fiscal diferido, líquido	(d)	140	(140)	-
Passivo de direito de uso - aluguel	(e)	-	555	555
Impostos e contribuições a recolher	(c) / (d)	1.467	(1.445)	22
Provisão para contingências	(d)	1.372	38	1.410
Total do passivo não circulante		2.979	(992)	1.987
Patrimônio líquido				
Capital social	-	600	-	600
Reserva de lucros	-	7.815	(714)	7.101
Total Patrimônio líquido		8.415	(714)	7.701
Total do Passivo e patrimônio líquido		15.157	(1.482)	13.675

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do Balanço Patrimonial em 31.12.2019

	Nota	2019 PME (reapresentado)	Ajuste (reapresentado)	2019 Final (reapresentado)
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.244	-	6.244
Contas a receber de clientes	(a) / (b)	3.842	(266)	3.576
Impostos a recuperar	(c)	506	(16)	490
Créditos diversos	(d)	204	(127)	77
Despesas pagas antecipadamente	(d)	3	(3)	-
Total do ativo circulante		10.799	(412)	10.387
Não circulante				
Impostos a recuperar	(d)	1.467	(1.467)	-
Depósitos judiciais	(d)	1.741	39	1.780
Direito de uso - arrendamento	(e)	-	503	503
Imobilizado	(d)	839	(103)	736
Intangível	-	90	-	90
Total do ativo não circulante		4.137	(1.028)	3.109
Total do ativo		14.936	(1.440)	13.496
Passivo Circulante				
Passivo de direito de uso - arrendamento	(e)	-	218	218
Fornecedores e outras contas a pagar	(d)	524	105	629
Salários, encargos e provisão para férias	(c)	2.282	44	2.326
Impostos e contribuições a recolher	(c)	1.314	214	1.528
Total do passivo circulante		4.120	581	4.701
Não circulante				
Passivo de direito de uso - arrendamento	(e)	-	416	416
Ativo fiscal diferido, líquido	-	252	(252)	-
Impostos e contribuições a recolher	(c)/(d)	1.467	(1.445)	22
Provisão para contingências	(d)	1.742	38	1.780
Total do passivo não circulante		3.461	(1.243)	2.218
Patrimônio líquido				
Capital social		600	-	600
Reserva de lucros		6.755	(778)	5.977
Total do patrimônio líquido		7.355	(778)	6.577
Total do passivo e patrimônio líquido		14.936	(1.440)	13.496

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação da demonstração do resultado do exercício em 31.12.2019

	Nota	2019 PME (reapresentado)	Ajuste (reapresentado)	2019 Final (reapresentado)
Receita de serviços líquida	(a)	29.670	(8)	29.662
Custos dos serviços prestados	(d) / (e)	(19.521)	(487)	(20.008)
Lucro bruto		10.149	(495)	9.654
Despesas gerais e administrativas	(d) / (e)	(3.093)	220	(2.873)
Despesas comerciais e marketing	(b)	(629)	41	(588)
Outras receitas (despesas) operacionais	(d)	(73)	(77)	(150)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		6.354	(311)	6.043
Despesas financeiras	(d) / (e)	(21)	(136)	(157)
Receitas financeiras	(d)	319	20	339
		298	(116)	182
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		6.652	(427)	6.225
Imposto de renda e contribuição social corrente	(c)	(3.415)	184	(3.231)
Impostos diferidos		(112)	112	-
		(3.527)	296	(3.231)
Lucro líquido do exercício		3.125	(131)	2.994

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do fluxo de caixa do exercício em 31.12.2019

	2019 PME (originalmente apresentado)	Ajuste	2019 Final (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.653	(427)	6.226
Ajustes para:			
Depreciação/Amortização	469	10	479
Amortização direito de uso	-	206	206
Baixa de ativos imobilizado e intangível	-	(31)	(31)
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e arrendamento	-	53	53
Provisão (reversão) para contingência	369	1	370
Outras movimentações	(67)	67	-
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	(742)	(3)	(745)
Créditos diversos	(59)	107	48
Impostos a recuperar	64	(248)	(184)
Depósitos judiciais	(369)	(1)	(370)
Fornecedores e outras contas a pagar	179	237	416
Salários, encargos e provisão para férias	(113)	(5)	(118)
Impostos e contribuições a recolher	-	685	685
Outras contas a pagar	521	(521)	-
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.644)	-	(3.644)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais	3.261	130	3.391
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição direito de uso	-	(78)	(78)
Aquisição de imobilizado e intangível	(676)	(2)	(678)
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento	(676)	(80)	(756)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Atualização anual contrato de arrendamento	-	79	79
Pagamentos de empréstimos com terceiros e arrendamentos	-	(129)	(129)
Dividendos pagos			
Dividendos distribuídos desproporcional	(4.118)	-	(4.118)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(4.118)	(50)	(4.168)
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.533)	(0)	(1.533)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.777	-	7.777
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.244	-	6.244
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.533)	-	(1.533)

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do Balanço Patrimonial em 31.12.2020

	Nota	2020 PME (reapresentado)	Ajuste (reapresentado)	2020 CPC Full (reapresentado)
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.802	-	7.802
Contas a receber de clientes	(a) / (b)	4.005	(50)	3.955
Impostos a recuperar	(c)	664	219	883
Impostos diferidos	(c)	-	179	179
Créditos diversos	-	106	1	107
Total do ativo circulante		12.577	349	12.926
Não circulante				
Impostos a recuperar	(d)	795	(795)	-
Depósitos judiciais	(d)	2.214	(39)	2.175
Direito de uso - arrendamento	(e)	-	621	621
Imobilizado	(d)	759	(188)	571
Intangível	(f)	220	1.158	1.378
Total do ativo não circulante		3.988	757	4.745
Total do ativo		16.565	1.106	17.671
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	9	60	(60)	-
Passivo de direito de uso - arrendamento	(e)	-	299	299
Fornecedores e outras contas a pagar	(d)	314	447	761
Salários, encargos e provisão para férias	(c)	2.148	113	2.261
Impostos e contribuições a recolher	(c)	1.843	284	2.127
Receitas antecipadas	(a)	-	876	876
Total do passivo circulante		4.365	1.959	6.324
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	(e)	120	(120)	-
Passivo de direito de uso - arrendamento	(e)	-	429	429
Impostos e contribuições a recolher	(c) / (d)	816	(807)	9
Provisão para contingências	(d)	2.214	(39)	2.175
Total do passivo não circulante		3.150	(537)	2.613
Patrimônio líquido				
Capital social		600	-	600
Reserva de lucros		8.450	(316)	8.134
Total do patrimônio líquido		9.050	(316)	8.734
Total do passivo e patrimônio líquido		16.565	1.106	17.671

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação da demonstração do resultado do exercício em 31.12.2020

	Nota	2020 PME (reapresentado)	Ajuste (reapresentado)	2020 CPC Full (reapresentado)
Receita de serviços líquida	(a)	34.843	(346)	34.497
Custos dos serviços prestados	(d) / (e) / (f)	(22.206)	529	(21.677)
Lucro bruto		12.637	183	12.820
Despesas gerais e administrativas	(e) / (f)	(2.585)	234	(2.351)
Despesas comerciais e marketing		(202)	1	(201)
Outras receitas (despesas) operacionais	(d) / (f)	(318)	268	(50)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		9.532	686	10.218
Despesas financeiras	(d) / (e)	(179)	(105)	(284)
Receitas financeiras	(d)	193	47	240
		14	(58)	(44)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		9.546	628	10.174
Imposto de renda e contribuição social corrente	(c)	(3.118)	(94)	(3.212)
Impostos diferidos	(c)	-	179	179
Lucro líquido do exercício		6.428	713	7.141

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do fluxo de caixa do exercício em 31.12.2020

	<u>2020 PME</u> <u>(originalmente</u> <u>apresentado)</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020 CPC Full</u> <u>(reapresentado)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.547	627	10.174
Ajustes para:			
Depreciação/Amortização	436	(92)	344
Amortização direito de uso	-	239	239
Baixa de ativos imobilizado e intangível	(14)	178	164
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e arrendamento	-	49	49
Provisão (reversão) para contingência	473	(78)	395
Outras movimentações	252	(252)	-
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	(163)	(216)	(379)
Impostos a recuperar	(158)	(524)	(682)
Depósitos judiciais	(471)	77	(394)
Créditos diversos	73	(101)	(28)
Despesas pagas antecipadamente	24	(24)	-
Adiantamento aos sócios	2	(2)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(119)	(274)	(393)
Salários, encargos e provisão para férias	(103)	38	(65)
Impostos e contribuições a recolher	-	1.041	1.041
Outras contas a pagar	(92)	92	-
Adiantamento de clientes	-	876	876
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	(2.853)	(1)	(2.854)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais	6.834	1.653	8.487
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	(472)	(1.159)	(1.631)
Aquisição de Direito de uso	-	(358)	(358)
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento	(472)	(1.517)	(1.989)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Atualização anual contrato de arrendamento	-	359	359
Pagamentos de empréstimos com terceiros e arrendamentos	180	(495)	(315)
Dividendos distribuídos	(4.984)	-	(4.984)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(4.804)	(136)	(4.940)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.558	-	1.558
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.244		6.244
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.802		7.802
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.558	-	1.558

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Reapresentação do Efeito no Patrimônio Líquido

Os efeitos decorrentes nos quadros acima são afetados diretamente no lucro do exercício, e consequentemente modificam a demonstração da mutação do patrimônio líquido, por essa razão a Sociedade está apresentando o quadro resumo abaixo sobre as alterações dos saldos do patrimônio líquido anteriormente apresentados e os saldos reapresentados.

	Notas	Resultado do Exercício	
		31/12/2020	31/12/2019
Conforme adoção do CPC PME		6.428	3.125
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(a)	(346)	(48)
CPC 06 - Arrendamentos	(e)	(103)	(109)
CPC 48 - Instrumentos financeiros	(b)	-	43
CPC 23 - retificação de erros	(d)	87	(352)
CPC 04 - Ativo Intangível	(f)	1.158	-
Efeito tributário sobre os ajustes	(c)	27	335
Conforme adoção do CPCs		7.251	2.994

(a) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

A Sociedade adotou o modelo de 5 etapas para identificar se a receita deve ser reconhecida, em que momento esse reconhecimento irá se realizar e qual o valor que deverá ser contabilizado, para fins de adequação às práticas contábeis vigentes.

(b) CPC 48 – Instrumentos Financeiros

As perdas esperadas de crédito as quais correspondem a um percentual estimado de risco que a Sociedade deve considerar sobre os seus ativos financeiros (contas a receber, empréstimos e adiantamentos concedidos etc.).

(c) Efeito Tributário correntes sobre ajustes

Adequação dos saldos de impostos sobre faturamento e sobre o lucro líquido.

(d) CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Readequação de ajustes que haviam sido registrados em períodos posteriores a competência correta. Com a reapresentação dos saldos em 01.01.2019 a administração decidiu reclassificar os ajustes para os devidos períodos de competência.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(e) CPC 06 Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos já vigentes em 01.01.2019 foram reconhecidos como direito de uso no balanço no saldo de abertura. Contratos de arrendamentos firmados após o saldo de abertura, foram registrados com base na vigência do contrato. Foi reconhecido um ativo (direito de uso) e um passivo, trazendo-se as parcelas mensais do contrato a valor presente conforme taxa de desconto (taxa de juros do contrato), que pode ser implícita ou incremental. A Sociedade possui contratos de aluguéis da sede da Matriz, filial e de um Flat em São Paulo que foram enquadrados como arrendamentos. Em 2020 foi firmado um contrato de arrendamento de notebooks.

(f) CPC 04 Ativo Intangível

A Sociedade registra um ativo intangível caso seja identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros. Em 2020 houve a reclassificação das despesas com projetos em desenvolvimento para o ativo intangível.

Ressaltamos que as divulgações e quadro das notas explicativas também estão sendo rerepresentados em consonância ao Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis correlatos a cada conta contábil.

3. Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, mas podem impactar períodos futuros caso a Sociedade ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) (R1) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras nem se espera que haja algum impacto futuro para a Sociedade.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2020 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Sociedade está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A Sociedade adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 11 – Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 – Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não é aplicável à Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	01/01/2019
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1
Bancos conta movimento	3.984	1.875	2.510
Aplicações financeiras	3.815	4.368	5.266
	7.802	6.244	7.777

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, as aplicações financeiras são atreladas parte renda fixa (CDI e IPCA) 124,14% (2019) e 123,79% (2020) e parte em fundos de investimentos.

	Aplicações Financeiras
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.094
Aplicação	914
Rendimento	301
IRRF	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.266
Resgate	(1.209)
Rendimento	367
IRRF	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.368
Resgate	(600)
Rendimento	57
IRRF	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.815

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Cientes faturados	1.235	1.268	1.827
Cientes a faturar (i)	2.720	2.308	1.045
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(42)
	<u>3.955</u>	<u>3.576</u>	<u>2.830</u>

(i) A rubrica de "Clientes a faturar" registra a incorrência da receita no mês da competência de seu fato gerador, independentemente da data de emissão da Nota Fiscal.

O aging list está demonstrado conforme abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Vencimentos dos recebíveis			
Saldos vencidos:			
Até 90 dias	632	424	64
Acima de 91 dias até 180 dias	32	17	11
Acima de 181 dias até 360 dias	-	-	5
Acima de 360 dias	-	-	7
Total vencidos	<u>664</u>	<u>441</u>	<u>87</u>
Total a vencer	<u>571</u>	<u>827</u>	<u>1.740</u>
Total recebíveis	<u>1.235</u>	<u>1.268</u>	<u>1.827</u>

Os clientes são analisados individualmente e os títulos considerados para provisão para perdas levaram em consideração os títulos vencidos há mais de 180 dias. A movimentação está assim apresentada abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Saldo inicial	-	(42)	-
(-) Provisão constituída	-	-	(42)
(+) Baixa de provisão	-	42	-
(=) Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>01/01/2019</u>
INSS a recuperar	157	40	-
IRPJ e CSLL a recuperar	409	303	276
PIS e COFINS a recuperar	305	147	30
Outros impostos a recuperar	12	-	-
	<u>883</u>	<u>490</u>	<u>306</u>

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Arrendamentos

A Sociedade possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), que se tornou aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2019.

a) Ativo - direito de uso

	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01.01.2019	Adições, líquidas	Amortização do direito de uso	Saldo em 31.12.2019	Adições, líquidas	Amortização do direito de uso	Saldo em 31.12.2020
Direito de uso – propriedade	1 a 3 anos	630	79	(206)	503	126	(233)	396
Direito de uso – equipamentos	3 anos	-	-	-	-	231	(6)	225
Direitos de uso em arrendamento, líquido		630	79	(206)	503	357	(239)	621

O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

b) Passivo - direito de uso

	Taxa	Adoção inicial em 01.01.2019	Impacto da atualização anual	Baixa por pagamento	Encargos Financeiros	Saldo em 31.12.2019	Impacto da atualização anual	Baixa por pagamento	Encargos Financeiros	Saldo em 31.12.2020
Direito de uso - propriedade	6,90% a	630	79	(128)	53	634	127	(308)	48	501
Direito de uso - equipamentos	9,33%	-	-	-	-	-	232	(7)	2	227
Direitos de uso em arrendamento, líquido	8,37%	630	79	(128)	53	634	359	(315)	50	728
Circulante		75				218				299
Não Circulante		555				416				429

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Imobilizado líquido

	% Taxa anual	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Custo								
Móveis e utensílios		359	-	-	359	-	-	359
Equipamentos de informática		498	158	-	656	331	(189)	798
Máquinas e equipamentos		6	-	-	6	-	-	6
Instalações		384	-	-	384	-	-	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros		718	440	-	1.158	-	-	1.158
		1.965	598	-	2.563	331	(189)	2.705
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios	10	(172)	(41)	-	(213)	(36)	6	(243)
Equipamentos de informática	20	(414)	(76)	7	(483)	(68)	18	(533)
Máquinas e equipamentos	10	(5)	-	-	(5)	-	-	(5)
Instalações	10	(384)	-	-	(384)	-	-	(384)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	(405)	(361)	24	(742)	(227)	-	(969)
		(1.380)	(478)	31	(1.827)	(331)	24	(2.134)
Total do imobilizado		585	120	31	736	-	(165)	571

9. Intangível

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Adições	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Custo						
Software	-	79	79	142	-	221
Projetos em Desenvolvimento (i)	-	-	-	1.159	(1)	1.158
Marcas e patentes	17	-	17	-	-	17
Total	17	79	96	1.301	(1)	1.396
Amortização acumulada						
(-) Amortizações acumuladas	(5)	(1)	(6)	(13)	1	(18)
Total	(5)	(1)	(6)	(13)	1	(18)
Valor líquido contábil	12	78	90	1.288	-	1.378

(i) A Sociedade em 2020 está em fase de desenvolvimento de projetos sistêmicos, na qual levou em consideração para registro do ativo todos os gastos diretamente relacionados aos projetos. Cabe ressaltar que, em função de os projetos ainda estarem sendo desenvolvidos, os saldos não serão amortizados até a sua conclusão para uso.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Salários, encargos e provisão para férias

	2020	2019	01/01/2019
Salários e Encargos Sociais a pagar	782	1.139	1.129
Provisão de Férias e Encargos Sociais a pagar	1.479	1.187	1.314
	2.261	2.326	2.443

11. Impostos a recolher

	2020	2019	01/01/2019
ISS a pagar	438	324	329
IRPJ e CSLL a pagar	1.183	844	742
PIS e COFINS a pagar	513	374	203
Outros	2	8	5
	2.136	1.550	1.279
Circulante	2.127	1.528	1.257
Não Circulante	9	22	22
Total	2.136	1.550	1.279

12. Provisão para contingências

a) Contingências

Provisão para contingências	Tributárias
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.410
(+) Adições	370
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.780
(+) Adições	404
(-) Reversões	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.175

A Sociedade tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima.

Riscos não provisionados (risco de perda possível)	Cíveis
Perda possível em 2020	4.602

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Depósitos Judiciais

Depósitos judiciais	Tributários
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u>1.410</u>
(+) Adições	<u>370</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.780</u>
(+) Adições	<u>404</u>
(-) Reversões	<u>(9)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.175</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social no valor de R\$ 600 mil subscrito e integralizado, e representado por 600.000 quotas, sem valor nominal.

Acionistas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018	Quotas	%
Jose Aymberê de Almeida Junior	180.000	30%
Luiz Freire Machado	198.000	33%
Vera Maria Bonini Freire Machado	81.000	14%
Pedro Freire Machado	81.000	14%
Top Down Participações Ltda	60.000	10%
	<u>600.000</u>	

b) Distribuição de lucros

A distribuição de lucros foi realizada de forma desproporcional às quotas de capital social, porém suportada por atas assinadas pelos sócios em comum acordo. No ano de 2020, foram distribuídos R\$ 4.984 mil (R\$ 4.118 mil em 2019) relativo ao lucro corrente e reservas de lucros acumulados até 2020.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1° de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Receita líquida de serviços prestados

	2020	2019
Mercado nacional		
Prestação de serviços	39.750	34.168
Receita bruta total	39.750	34.168
(-) Impostos sobre vendas (a)	(5.253)	(4.506)
Total de receita	34.497	29.662

(a) As alíquotas correspondentes para o exercício de 2020 são: PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS 5%. Para o exercício de 2019 as alíquotas são: PIS 0,65%, COFINS 3% e ISS 5%

As receitas de serviço da empresa são, em sua totalidade, decorrentes de:

- i) **Licenciamento e Manutenção:** Conceitua-se por ceder ao cliente, em caráter não exclusivo, o direito de uso do produto Top Saúde, na vigência do contrato, com ou sem a hospedagem do banco de dados do sistema sob responsabilidade do cliente, bem como também, manter o adequado funcionamento do sistema.
- ii) **Implantação:** Refere-se aos serviços realizados em novos clientes ou novos módulos adquiridos, contemplando todos os esforços necessários para a instalação até a entrada em produção do sistema Top Saúde.
- iii) **Serviços:** Referente a consultorias, customizações sistêmicas e suporte técnico não previstos na implantação ou licenciamento, solicitadas pelo cliente.
- iv) As receitas diferidas se referem ao reconhecimento do serviço já prestados e que ainda não tenha sido efetuada a emissão de nota fiscal. Os valores são apurados de acordo com a precificação prevista em contrato ou em negociação com o cliente, e consequentemente com a aprovação.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Custos e despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(21.677)	(20.008)
Despesas gerais e administrativas	(2.351)	(2.873)
Despesas comerciais e marketing	(201)	(588)
Outras receitas (despesas) operacionais	(50)	(150)
	<u>(24.279)</u>	<u>(23.619)</u>

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Natureza		
Mão de obra própria	(15.993)	(16.726)
Serviços com terceiros	(6.330)	(4.072)
Depreciação e amortização	(572)	(661)
Manutenção de softwares	(179)	(147)
Manutenção/conservação e infraestrutura	(441)	(821)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(605)	(619)
Viagens e estadias	(47)	(360)
Outras receitas (despesas) operacionais	(112)	(213)
	<u>(24.279)</u>	<u>(23.619)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos		
Despesas bancárias	(18)	(13)
Juros passivos sobre contraprestações a pagar	(148)	(144)
Outras despesas financeiras	(118)	-
	<u>(284)</u>	<u>(157)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com outros investimentos financeiros	166	314
Outras receitas financeiras	74	25
	<u>240</u>	<u>339</u>
Resultado financeiro	<u>(44)</u>	<u>182</u>

17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

17.1 Impostos correntes

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), registrado nas demonstrações financeiras, são calculados com base no lucro real (lucro presumido em 2019).

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A memória de cálculo dos impostos correntes é como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.174	
(+) Adições	6.129	
(-) Baixas	(6.614)	
	9.689	
(=) Base de cálculo dos impostos	34%	
(x) Alíquota oficial de imposto %		
(=) Imposto de renda 15%	(1.453)	
(=) Adicional de 10%	(945)	
(=) Contribuição Social 9%	(872)	
(=) Incentivo PAT	58	
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.212)	(3.231)
	(3.212)	(3.231)

Descrição	2019		Total
	IRPJ	CSLL	
Receita de prestação de serviços De Licenciamento	7.408	7.408	7.408
(+) Receita de prestação de serviços	26.760	26.760	26.760
(=) Lucro Presumido apurado sobre receitas de licenciamento - 8% e 12%	593	889	
(=) Receita de prestação de serviços - 32%	8.563	8.563	
(+) Outras Receitas operacionais e receitas financeiras	339	339	
(=) Base IRPJ e CSLL sobre o lucro presumido	9.495	9.791	
(x) Alíquotas	15%	9%	
(x) Alíquota do adicional federal após dedução de R\$240 anual, quando aplicável	10%	-	
(=) Despesas de imposto de renda e contribuição social contabilizados no resultado do período	(2.350)	(881)	(3.231)

17.2 Impostos diferidos

Descrição	2020	2019
Imposto de renda diferido	132	-
Contribuição social diferida	47	-
	179	-

A memória de cálculo dos impostos diferidos é como segue:

Descrição	2020	2019
Arrendamentos	(42)	-
Exigibilidade Suspensa	431	-
Provisões diversas	137	-
Base de cálculo efetiva	526	-
Impostos diferidos	179	-

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos impostos diferidos

Descrição	2020	2019
Saldo inicial	-	-
Movimentação líquida no período	179	-
Saldo final	179	-

18. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Sociedade são como segue:

	Valor contábil			Nota	
	2020	2019	01/01/2019	Explicativa	Nível
Ativos financeiros					
Contas a receber de clientes	3.955	3.576	2.830	5	2
Caixa e equivalentes de caixa	7.802	6.244	7.777	4	1
	11.757	9.820	10.607		
Passivos financeiros					
Passivos de arrendamento	728	714	630	7	2
Fornecedores e outras contas a pagar	761	629	212		2
	1.489	1.343	842		

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e créditos diversos fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Arrendamentos mercantis, fornecedores e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Sociedade para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

(i) Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	2020	2019	01/01/2019
Caixa e equivalentes de caixa	7.802	6.244	7.777
Contas a receber de clientes	3.955	3.576	2.830
	11.757	9.820	10.607

A Sociedade restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e aos equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contas a receber de clientes, a Sociedade restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Sociedade não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota nº 4.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração da Sociedade monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

(b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

(ii) Contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos esperados.

c) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Sociedade efetua testes de análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Sociedade desenvolveu análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas e foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% ao ano em 2020, 4,40% ao ano em 2019 e 6,39% ao ano em 2018 e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Operação	Saldos em 2020	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	3.815	Redução CDI	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira			72	55	36
Operação	Saldos em 2019	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	4.368	Redução CDI	4,40%	3,30%	2,20%
Receita financeira			192	144	96
Operação	Saldos em 2018	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	5.266	Redução CDI	6,39%	4,79%	3,20%
Receita financeira			336	252	169

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Sociedade em liquidar as obrigações assumidas. Não há risco de solvência da Sociedade.

A Sociedade não possui em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 01/01/2019 passivos com risco de liquidez.

Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Cobertura de seguros

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	10/12/2021	1.400.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	26/12/2021	1.600.000
		3.000.000

A Sociedade tem como política contratar cobertura de seguros imobiliários para seus escritórios e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

20. Eventos subsequentes

Em 22 de maio de 2021, houve aumento de capital no valor de R\$ 4.000 mil, mediante ao saldo de reserva de lucros, sendo que o capital social da companhia passou de R\$ 600 mil para R\$ 4.600 mil.

Em virtude da transformação do tipo societário em sociedade anônima, a Sociedade passou a ser regida pelas disposições da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conforme alterada cada quota em que se divide o capital social da Companhia, dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, foi convertido na proporção de 1 (uma) quota para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Sociedade, passou a ser de R\$ 4.600, dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo as ações distribuídas para os acionistas na mesma proporção em que participavam do capital social da Sociedade anteriormente a transformação ora aprovada, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas em 31 de maio de 2021	Ações	%
Jose Aymerê de Almeida Junior	1.150.000	25%
Luiz Freire Machado	1.150.000	25%
Vera Maria Bonini Freire Machado	1.150.000	25%
Pedro Freire Machado	1.150.000	25%
	4.600.000	

Em 02 de junho de 2021 a Interplayers Soluções Integradas S.A. tornou-se sócia da Top Down adquirindo 75% da Sociedade pertencentes aos sócios retirantes Luis Freire Machado (25%), Vera Maria Bonini Freire Machado (25%) e José Aymerê de Almeida Júnior (25%).

A participação da Interplayers tem como objetivo a ampliação dos negócios existentes e da criação e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços, em especial para o setor médico e outros setores correlatos.

Top Down Consultoria e Projetos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão para contingências

Processo administrativo instaurado para fins de realização de depósito administrativo do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) exigido pela Prefeitura do Rio de Janeiro sobre a cessão do direito de uso de software de propriedade da sociedade, cuja legalidade está sendo discutida nos autos da ação declaratória de nº 0505633- 05.2015.8.19.0001. Ainda em relação aos valores em questão (que estão sendo depositados), existe o processo administrativo nº 04/354.450/2016, relativo à notificação de lançamento de nº 002/2016, lavrada com a finalidade de evitar a decadência do ISS supostamente incidente sobre o licenciamento de software, na qual embora o assessor jurídico classificou esse processo com a estimativa de perda possível em 2020, em 2021 teve decisão do Supremo, o qual julgou o ISS como devido, assim, a Sociedade perdeu o processo. O processo se tornou provável em 2021.